COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 1.636, DE 2015

Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (CLT) para dispensar microempresas, firmas individuais, empresas de pequeno porte e pessoas físicas do depósito recursal.

Autor: Deputado RONALDO LESSA

Relator: Deputado BENJAMIN MARANHÃO

I - RELATÓRIO

O presente projeto altera o art. 899 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT no que concerne ao depósito recursal que vem a ser um dos requisitos à interposição dos recursos no processo trabalhista.

Para tanto, estabelece que são dispensados do depósito recursal:

- a microempresa, a empresa individual, as optantes pelo simples e a empresa de pequeno porte, com até 20 empregados (§ 9º);
- o empregador pessoa física que demonstrar, conforme critérios estabelecidos em alíneas do próprio artigo, não possuir recursos suficientes ao recolhimento do depósito (§ 10).

Em sua justificção, o autor alega que o *depósito recursal tem o propósito de assegurar a execução da decisão final, quando favorável ao empregado, a fim de evitar a simples protelação do processo por parte do empregador. Essa situação se torna justa quando no pólo passivo figurar uma*

empresa de grande porte, que tem condições financeiras de realizar o depósito e, com isso, assegurar a ampla defesa com acesso ao duplo grau de jurisdição, que é a garantia processual para as partes, que podem recorrer a um colegiado de julgadores mais experientes para ver sua causa novamente apreciada no caso de não concordar com decisão prolatada. No entanto, quando se trata de microempresas e empresas de pequeno porte, a exigência do depósito recursal pode restringir em muito o direito de defesa, numa ofensa cabal à lei maior que é a Constituição Federal, que garante a igualdade entre todos e o acesso à justiça, privilegiando a celeridade processual em detrimento da segurança jurídica.

O projeto, sujeito à apreciação conclusiva pelas comissões, em regime de tramitação ordinária, foi distribuído às Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS); de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) para a análise de mérito, e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) para a apreciação também do mérito, da constitucionalidade, da juridicidade e da técnica legislativa.

A CDEICS, em reunião ordinária realizada no dia 21 de outubro de 2015, aprovou o projeto, com substitutivo, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Jorge Côrte Real.

O Substitutivo da CDEICS estabelece que a microempresa, a empresa de pequeno porte, o Microempreendedor individual – MEI, nos termos da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e os empregadores pessoas físicas, são dispensados do recolhimento do depósito recursal, bem como o empregador pessoa física que comprovar renda mensal correspondente até o triplo do valor do teto do depósito recursal para o Recurso Ordinário.

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O depósito recursal consiste na garantia do pagamento da condenação de natureza pecuniária. Trata-se de condição para a admissibilidade de recursos na Justiça do Trabalho.

A redução do valor ou a dispensa do depósito recursal é uma reivindicação antiga dos micro e pequenos empresários que, muitas vezes, não possuem recursos suficientes para o cumprimento dessa obrigação sem comprometer o adequado funcionamento dos seus empreendimentos, como o pagamento de fornecedores e da folha de salários.

Nesse sentido, contemplando essa reivindicação, a reforma trabalhista, realizada pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, alterou consideravelmente o art. 899 da CLT, com relação à obrigatoriedade do depósito recursal, com a inclusão, neste artigo, dos §§ 9º a 11.

Essa alteração determinou que:

- o valor do depósito recursal será reduzido pela metade para entidades sem fins lucrativos, empregadores domésticos, microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte (§ 9º);
- são isentos do depósito recursal os beneficiários da justiça gratuita, as entidades filantrópicas e as empresas em recuperação judicial (§ 10);
- o depósito recursal poderá ser substituído por fiança bancária ou seguro garantia judicial (§ 11).

Assim, diferentemente do projeto e do substitutivo da CDEICS o atual texto do art. 899 da CLT, em vez de dispensar do recolhimento, reduz pela metade o valor do depósito recursal para os empregadores domésticos, microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno

porte (§ 9º). Somente dispensa do depósito recursal os beneficiários da justiça gratuita, as entidades filantrópicas e as empresas em recuperação judicial (§ 10).

No cotejo entre as disposições da reforma trabalhista e o substitutivo adotado pela CDEICS, temos uma nova proposta para, além de reduzir o valor pela metade do depósito recursal, dispensar seu recolhimento para os pequenos empregadores, pessoas jurídicas e físicas, e para os empregados, nas seguintes hipóteses:

- se microempresa, empresa de pequeno porte, que possuam até vinte trabalhadores, e o Microempreendedor individual – MEI, nos termos da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006;
- se empregador pessoa física, inclusive o doméstico, comprovar renda bruta mensal de até o quádruplo do valor estabelecido em Juízo para o recurso ordinário;
- se empregado.

Nesse último caso, entendemos que, embora seja lógico supor que os empregados não são obrigados ao depósito recursal, entendemos que essa premissa deve estar bem clara no texto legal para que sejam evitadas interpretações jurisprudenciais, visto que, pelo texto da Reforma, o depósito recursal não será mais feito na conta vinculada do trabalhador no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, mas em uma conta vinculada ao juízo nos termos do § 4º do art. 899 da CLT.

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.636, de 2015, nos termos do Substitutivo adotado pela CDEICS, com a seguinte subemenda substitutiva global.

Sala da Comissão, em de de 2018.

Deputado BENJAMIN MARANHÃO
Relator

2018-6994

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO SUBSTITUTIVO DA CEDEICS AO PROJETO DE LEI Nº 1.636, DE 2015

Altera os §§ 9º e 10 do art. 899 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, a fim de dispensar o depósito recursal dos microempreendedores individuais, microempresas, empresas de pequeno porte e empregadores individuais, inclusive os domésticos.

Art. 1º Os §§ 9º e 10 do art. 899 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 899.....

.....
 § 9º O valor do depósito recursal será reduzido pela metade para:

- a) as entidades sem fins lucrativos, microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- b) os empregadores pessoas físicas, inclusive os domésticos.

§ 10. São dispensados do depósito recursal:

- a) os beneficiários da justiça gratuita, as entidades filantrópicas e as empresas em recuperação judicial;
- b) os empregadores, pessoas jurídicas, de que trata a alínea "a" do § 9º deste artigo que possuam até vinte empregados;
- c) os empregadores pessoas físicas, inclusive os empregadores domésticos, que comprovarem renda bruta mensal de até o quádruplo do valor estabelecido em Juízo para o depósito recursal e o respectivo agravo de instrumento;
- d) os empregados.

.....(NR)"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2018.

Deputado BENJAMIN MARANHÃO
Relator

2018-6994